

virtude de ter sido designada para o exercício de cargo público, com efeitos a 27 de julho de 2018.

2 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

26 de julho de 2018. — A Secretária de Estado da Saúde, *Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho*.

311544025

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 10521/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, na sequência de concurso interno de ingresso aberto por Aviso n.º 8883/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 147, de 01 de agosto de 2014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de março de 2018, com os trabalhadores abaixo identificados, para o exercício de funções da carreira especial de enfermagem, categoria de enfermeiro, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única:

Bárbara Isabel Faria Miranda
Emanuel Francisco Morgado dos Santos
Sara Catarina dos Santos Lima
Cláudia Susana Neto da Costa
Patrícia da Conceição Silva Campos
Sandra Daniela dos Santos Ferreira
Joana Sofia Magalhães Festas
Carina Isabel Coutinho da Silva
Paula Cristina Oliveira da Silva Lopes Moura Gonçalves

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o júri para avaliação do período experimental dos trabalhadores Emanuel Santos, Sara Lima e Cláudia Costa terá a seguinte composição:

Presidente — Maria João Pinheiro Fernandes, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Tânia Isabel Matos da Cunha, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Helena Cláudia Pinto Lopes, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

10 de julho de 2018. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

311505704

ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 7380/2018

Considerando que o cargo de Diretor-Geral de Energia e Geologia tem vindo a ser exercido em regime de substituição desde 12 de abril de 2017 pelo que torna-se necessária a designação do seu titular a título definitivo.

Considerando a importância da missão e das atribuições confiadas à Direção-Geral de Energia e Geologia e a consequente necessidade de assegurar o seu mais eficiente funcionamento.

Considerando que, para o efeito, correu na CRESAP o procedimento previsto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e que findo o mesmo foram propostos, com adequado perfil, três candidatos.

Considerando que, de entre eles, o mestre Mário Jorge Ferreira Guedes possui a idoneidade, mérito profissional, competências e experiência

de gestão, bem como o sentido de interesse público adequados para o exercício das funções de Diretor-Geral de Energia e Geologia:

Assim:

Ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, e do n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, no uso dos poderes que me foram delegados através da alínea *a*) do n.º 10.1 do Despacho n.º 7543/2017, de 18 de agosto, do Senhor Ministro da Economia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 25 de agosto de 2017:

1 — Designo para exercer o cargo de Diretor-Geral de Energia e Geologia o mestre Mário Jorge Ferreira Guedes, cuja nota curricular anexa ao presente despacho evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções respetivas.

2 — A presente designação produz efeitos a 18 de julho de 2018

18 de julho de 2018. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

ANEXO

Nota curricular

I — Mário Jorge Ferreira Guedes

II — Habilitações Académicas

Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade do Minho;
Licenciatura em Engenharia de Minas e Geoambiente pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

III — Certificações e Entidades Profissionais

Responsável Técnico de Pedreiras — classe A — pela Direção-Geral de Energia e Geologia;

Membro da Ordem dos Engenheiros;
Membro do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM);

Membro do Society for Mining, Metallurgy, and Exploration (SME);
Membro do The Institute of Materials, Minerals and Mining (IOM3).

IV — Atividade Profissional

Diretor-Geral em regime de substituição da Direção-Geral de Energia e Geologia, desde abril 2017;

Membro do Conselho Consultivo da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos);

Presidente do Conselho de Administração do CBE (Centro da Biomassa para a Energia);

Membro do Conselho de Administração da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.;

Técnico Especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Energia;
Diretor de Projeto na empresa PP-Minerais;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.;

Vogal do Conselho de Administração da EDMI, S. A.;

Consultor na área de Avaliação de Risco Industrial e Ambiental;
Consultor na área de regularização de Sinistros para o ramo Segurador;

Diretor de Produção na empresa Cimcola, L.^{da}

311537579

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 7381/2018

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, após conclusão de procedimento concursal, designo em comissão de serviço e pelo período de três anos, a Licenciada Maria Otília Gregório Rosa, no cargo de Inspectora Chefe da Unidade Operacional IX da Unidade Regional do Sul da ASAE, considerando que a mesma é possuidora dos requisitos legais exigidos para o provimento do referido cargo e detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, nomeadamente conhecimentos e experiência profissional relevantes, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho do qual faz parte integrante, bem como elevada motivação, disponibilidade e espírito de liderança.

A designação produz efeitos a 18 de junho de 2018.

12 de julho de 2018. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.